



Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2023/MTPAR PARA SELEÇÃO SIMPLIFICADA DE PARCEIRO
Selecionar pessoa jurídica de direito privado, com ou sem fins lucrativos, interessada em cooperar com a MT PAR no desenvolvimento de ações destinadas a revitalização do armazém graneleiro localizado Rua Jerolamo Matheus de Bortoli, nº 611, Lote 02, Quadra 21, Bairro: Jardim Alvorada, Diamantino/MT.
DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
O recebimento do envelope contendo a Proposta de Investimentos e os documentos de habilitação ocorrerá de 19/12/2023 até 12/01/2024, às 14h00min, quando dar-se-á início a abertura da sessão pública.
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
Endereço eletrônico: protocolo@mtpar.mt.gov.br Assunto: Edital de Chamamento Público nº 002/2023/MTPAR
REFERÊNCIA DE TEMPO
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Cuiabá/MT
ANEXOS AO EDITAL
Anexo I - Modelo de Declaração Conjunta Anexo II- Modelo de Proposta de Investimentos Anexo III - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica Anexo IV - Termo de Referência Anexo VII - Minuta do Contrato de Parceria e cooperação empresarial





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

1. PREÂMBULO

- 1.1.** A MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A - MT PAR, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ sob o número 17.816.442/0001-03, torna pública a realização de chamamento público para Seleção de Parceiro para pactuação de parceria empresarial para envidarem os esforços necessários para revitalização do armazém graneleiro localizado Rua Jerolamo Matheus de Bortoli, nº 611, Lote 02, Quadra 21, Bairro: Jardim Alvorada, Diamantino/MT.
- 1.2.** Este procedimento observará as disposições do Código Civil, Lei Federal nº 10.406/2022 e, apenas no que se aplica, as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da MT PAR.
- 1.3.** O recebimento do envelope contendo a proposta de investimentos e os documentos de habilitação ocorrerá de 19/12/2023 até 12/01/2024, às 14h00min, quando dar-se-á início a abertura da sessão pública, na sede da MT PAR, situada à Av. Dr. Hélio Ribeiro 525 Edifício Helbor Dual Business, 5º andar - Alvorada, Cuiabá - MT, 78048-250, conforme procedimento previsto neste Edital.
- 1.4.** Na hipótese de não comparecerem interessados até a data especificada no item anterior, o prazo para apresentação do envelope contendo os documentos de Habilitação e da proposta de investimentos deste Chamamento Público fica prorrogado por mais 5 dias úteis.
- 1.5.** O Critério de julgamento deste Chamamento Público é a MAIOR OFERTA DE VALOR RELATIVA À PROPOSTA DE INVESTIMENTOS NO ARMAZÉM GRANELEIRO.
- 1.6.** Valor dos investimentos mínimos para a vigência do contrato de parceria: **RS 872.707,70 (10% do valor das edificações e equipamentos constantes na cláusula 12.1.1 do Contrato nº: 03/2023 firmado entre MT PAR e CONAB).**

2. DO OBJETO E DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1.** Chamamento Público para Seleção de Parceiro para pactuação de parceria empresarial para envidar os esforços necessários para revitalização do armazém graneleiro localizado Rua Jerolamo Matheus de Bortoli, nº 611, Lote 02, Quadra 21, Bairro: Jardim Alvorada, Diamantino/MT.
- 2.2.** Este Chamamento Público não tem por finalidade a seleção de fornecedores visando à aquisição de bens ou a prestação de serviços em favor da Administração Pública em troca de remuneração, tampouco a disponibilização de pessoal para o aparelho administrativo do Estado.
- 2.3.** Este Chamamento não envolve o desembolso ou a transferência de recursos públicos financeiros ou patrimoniais no desenvolvimento das ações.

3. DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CHAMAMENTO

- 3.1.** As informações referentes ao presente Edital estarão disponíveis no sítio www.mtpar.mt.gov.br, sem prejuízo da divulgação em outros meios que se entenda adequado, além das publicações dos avisos no Diário Oficial do Estado, quando for o caso.





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

3.3. O Interessado que desejar obter mais informações sobre o Chamamento poderá dirigir-se à sede da MT PAR, situada na Av. Dr. Hélio Ribeiro 525 Edifício Helbor Dual Business, 5º andar - Alvorada, Cuiabá - MT, 78048-250, no horário das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00 horas ou pelo e-mail: protocolo@mtpar.mt.gov.br, até 5 dias úteis anteriores à data de abertura da realização da sessão pública.

4. DA PARTICIPAÇÃO

- 4.1.** Poderão participar deste Chamamento Público todas as pessoas jurídicas, que estejam em condições legais de exercício e que satisfaçam integralmente as condições previstas neste Edital e seus anexos, e que apresentem todos os documentos exigidos na forma descrita na seção específica deste Edital.
- 4.2.** Poderão participar empresas que tenham atividade compatível com a função do imóvel, ou seja, que tenham como atividade, seja no objeto social da matriz e/ou suas filiais, a comercialização, armazenamento, manuseio, beneficiamento ou transporte de grãos.
- 4.3.** A participação neste Chamamento Público implica na aceitação integral e irrevogável pelos participantes, dos termos, cláusulas, condições e Anexos do Edital, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento e execução dos serviços oriundos deste.
- 4.4.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, deste Chamamento ou da pactuação de parceria dele decorrentes, a empresa:
- 4.4.1.** cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da MT PAR;
- 4.4.2.** que esteja sob os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e contratar, esta aplicada pela própria MT PAR;
- 4.4.3.** que tenha sido declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado de Mato Grosso, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 4.4.4.** que esteja sob os efeitos da sanção de impedimento para licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado de Mato Grosso;
- 4.4.5.** constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos termos dos subitens 4.3.2 a 4.3.4 deste Item do Edital;
- 4.4.6.** cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos termos dos subitens 4.3.2 a 4.3.4 deste Item do Edital;
- 4.4.7.** constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos termos dos subitens 4.3.2 a 4.3.4 deste Item do Edital, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 4.4.8.** cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos termos dos subitens 4.3.2 a 4.3.4 deste Item do Edital, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 4.4.9.** que possuir, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista na Lei Federal nº 13.303/2016;





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

- 4.4.10. na condição de concorrentes, pessoas físicas ou jurídicas em consórcios e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 4.4.11. concordatárias ou em processo falimentar, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 4.4.12. que esteja sob os efeitos de sanção aplicada pelo Poder Judiciário que implique impedimento de contratar com a **MT PAR**.
- 4.5. Aplica-se a vedação prevista no item anterior deste Edital:
- 4.5.1. à contratação do próprio empregado ou dirigente da **MT PAR**, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios ou de seleção, na condição de Licitante ou Proponente;
- 4.5.2. à quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- 4.5.2.1. dirigente da **MT PAR**;
- 4.5.2.2. empregado da **MT PAR** cujas atribuições envolvam a atuação na Unidade responsável pela licitação ou contratação;
- 4.5.2.3. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **MT PAR** há menos de 6 (seis) meses.
- 4.6. Estarão impedidas de participar de qualquer fase do processo:
- 4.6.1. Empresas que tenham sofrido penalidade ou proibição que, de algum modo, limite a sua participação em licitações ou sua contratação pela Administração Pública, nas hipóteses legais em que a abrangência das sanções alcance a **MT PAR**, a exemplo das previstas nas Leis 8.666/1993, 12.527/2011, 12.529/2011, 9.605/1998, 12.846/2013 e na 14.133/2021;
- 4.6.2. Empresas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente ou com agente público que desempenhe suas funções na **MT Participações e Projetos S.A - MT PAR**, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.6.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.6.4. Empresas que estejam sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.
- 4.6.4.1. No caso de recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar a empresa que apresentar o comprovante de deferimento da recuperação judicial ou extrajudicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial.
- 4.7. É vedada a participação direta ou indiretamente de agente público da **MT PAR**;
- 4.8. Não será admitida neste Chamamento a participação de Cooperativas, pois o objeto não envolve a utilização de mão de obra fornecida por Cooperativas de Trabalho;
- 4.9. Não será permitida a participação de empresas reunidas em Consórcio neste Chamamento, pois dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar do processo ou podem ainda constituir Sociedade de Propósito Específico - SPE, modelo empresarial amplamente utilizado;
- 4.10. Aplica-se a este Chamamento Público as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

- 4.10.1. A obtenção de benefícios a que se refere o subitem fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do chamamento público, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5. DA APRESENTAÇÃO A PROPOSTA DE INVESTIMENTOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. O Chamamento Público será realizado em sessão pública na forma presencial, em conformidade com as disposições explicitadas a seguir:
- 5.1.1. O recebimento do envelope contendo a Proposta de Investimentos e os documentos de habilitação ocorrerá de 19/12/2023 até 12/01/2024, às 14h00min horas, quando dar-se-á início a abertura da sessão pública, na sede da MT PAR, situada à Av. Dr. Hélio Ribeiro 525 Edifício Helbor Dual Business, 5º andar - Alvorada, Cuiabá - MT, 78048-250, conforme procedimento previsto neste Edital.
- 5.1.2. No decorrer desse período, o envelope poderão ser entregues pessoalmente ou enviados via Correios à sede da MT PAR, situada na Av. Dr. Hélio Ribeiro 525 Edifício Helbor Dual Business, 5º andar - Alvorada, Cuiabá - MT, 78048-250, e ficarão sob a custódia da Comissão de Seleção até a data e horário marcado para a abertura da Sessão Pública.
- 5.1.3. o envelope poderão ser entregues pelos PROPONENTES diretamente à Comissão de Seleção na Sessão Pública, na data e horário indicados acima.
- 5.1.4. Local de realização da Sessão Pública: Sede da MT PAR, situada à Av. Dr. Hélio Ribeiro 525 Edifício Helbor Dual Business, 5º andar - Alvorada, Cuiabá - MT, 78048-250

6. DA PROPOSTA DE INVESTIMENTOS E DA HABILITAÇÃO

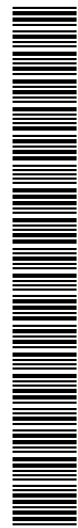
- 6.1. No presente Chamamento Público, análise dos documentos de habilitação a fase de habilitação sucederá as fases de análise de propostas de investimentos e de julgamento.
- 6.2. Os documentos da Proposta de Investimentos e os documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos deverão ser apresentados no idioma Português em 01 (uma) via, em 01 (um) envelope único opaco e lacrado, em separado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/MTPAR/2023

Nome e CNPJ da PROPONENTE

6.3. DA PROPOSTA DE INVESTIMENTOS

- 6.3.1. A Proposta de Investimentos deverá conter o disposto no modelo, anexo deste Edital de Chamamento, em 01 (uma) via datilografada/digitada, datada, rubricada e assinada pelo representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, apresentando o seguinte:





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

6.3.2. VALOR PROPOSTO DE INVESTIMENTOS A SEREM REALIZADOS NO IMÓVEL durante o prazo de vigência inicial do contrato de parceria, expresso em numeral e por extenso, com no máximo duas casas decimais (sendo desprezadas as demais)

6.3.3. A PROPOSTA DE INVESTIMENTOS será de exclusiva responsabilidade da PROPONENTE, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. DA HABILITAÇÃO

6.4.1. A documentação a ser encaminhada para habilitação dos proponentes será a seguinte:

6.4.1.1. Documentação relativa à habilitação jurídica

6.4.1.1.1. Documento constitutivo de acordo com o tipo de sociedade empresarial;

6.4.1.1.1.1. Os documentos constitutivos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.4.1.1.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

6.4.1.1.3. Documento de identidade válido do representante da proponente, sendo que, em caso de representação por procuração, sendo instrumento público, deverá ser apresentada, além da respectiva procuração, o documento de identidade do outorgado;

6.4.1.1.3.1. Por instrumento particular, deverá ser apresentada a procuração com reconhecimento de firma do outorgante e os documentos de identidade válidos do outorgante e do outorgado.

6.4.1.2. Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista

6.4.1.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

6.4.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.4.1.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal e estadual do domicílio ou sede da proponente, na forma da lei;

6.4.1.2.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.4.1.3. Documentação relativa à habilitação econômica-financeira

6.4.1.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

6.4.1.3.1.1. O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por Contador legalmente habilitado;

6.4.1.3.1.2. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital-ECD, consoante





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital –Sped.

- 6.4.1.3.2.** Comprovação de Patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) da proposta de investimentos mínima estabelecida.
- 6.4.1.3.3.** As empresas criadas no exercício financeiro do processo de chamamento deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis por fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das interessadas;
- 6.4.1.4.** Demais Documentos:
- 6.4.1.4.1.** Declaração Conjunta nos moldes do Modelo anexo a este edital.
- 6.4.1.4.2.** Projeto para criação ou fortalecimento de programa(s) de fomento às atividades produtivas rurais de pequenos produtores e/ou comunidades tradicionais da região.
- 6.4.1.4.2.1.** No projeto deverão estar descritos no mínimo qual a estimativa de população beneficiada, local de implantação (que deverá ser obrigatoriamente no município de Diamantino e nos circunvizinhos), detalhes da operacionalização do programa, tais como: se promove capacitação e treinamento para os beneficiários, se desenvolve ou facilita o acesso dos beneficiários aos mercados, se promove práticas sustentáveis, dentre outros aspectos.
- 6.4.1.4.3.** Atestado de Visita Técnica
- 6.4.2.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 6.4.3.** A Comissão de Seleção, a seu critério, poderá julgar a documentação da fase de habilitação ou adiar sua decisão, segundo conveniência e oportunidade dos serviços, devendo, neste caso, as PROPONENTES serem regularmente informadas do resultado.
- 6.4.4.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a PROPONENTE qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 6.4.5.** Caso a proposta de investimentos mais vantajosa seja ofertada pela PROPONENTE qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração da vencedora, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerido pela PROPONENTE, mediante apresentação de justificativa.
- 6.4.6.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da proponente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das proponentes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 6.4.7.** Será inabilitada a proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, exceto nos casos previstos neste edital.

- 6.4.8.** Em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pela Comissão de Seleção, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 6.4.9.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a PROPONENTE será declarada vencedora.
- 6.4.10.** Os Documentos físicos deste processo recebidos pela Comissão de Seleção antes da abertura da Sessão Pública serão digitalizados para inserção no SIGADOC ficarão em posse desta pelo prazo de 30 dias para retirada das PROPONENTES, ao final deste prazo os documentos serão descartados.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1.** A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta sob o comando do(a) Presidente da Comissão de Seleção. Aberta a sessão, a Comissão realizará a análise e acolhimento das propostas de investimento e em seguida a sua divulgação.
- 7.1.1.** Após o Presidente da Comissão de Seleção declarar encerrado o prazo para recebimento do envelope, não serão aceitos quaisquer outros documentos que não os existentes no respectivo envelope, e nem será permitido que se faça qualquer adendo ou esclarecimentos sobre os documentos, de forma a alterar o conteúdo original dos mesmos.
- 7.2.** A Comissão de Seleção, procederá a classificação das PROPONENTES, em ordem decrescente da PROPOSTA DE INVESTIMENTOS.
- 7.3.** Os documentos serão postos à disposição dos representantes das PROPONENTES, para que os examinem e os rubriquem, se assim o desejarem.
- 7.4.** Poderá ocorrer maximização das propostas de investimento mediante a realização de lances verbais pelos representantes presentes.
- 7.4.1.** No caso de representante não integrante do quadro social, a representação deverá ser feita por procuração, nos termos do item específico referente à habilitação jurídica.
- 7.5.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será feito nos termos da Lei 13.303/2016.
- 7.5.1.** A Comissão de Seleção poderá negociar com a PROPONENTE que tenha apresentado a maior proposta de investimentos, para que seja obtido proposta melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.
- 7.6.** A verificação da conformidade da proposta de investimento será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada e será desclassificada a proposta de investimentos que:
- 7.6.1.** contiver vícios insanáveis;
- 7.6.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis;
- 7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela MT PAR;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

- 8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 5 dias úteis antes da data da sessão pública.
- 8.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 8.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: protocolo@mtpar.mt.gov.br
- 8.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no chamamento.
- 8.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Seleção, nos autos do processo.
- 8.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 8.7. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas de investimento, à habilitação ou inabilitação de PROPONENTES, à anulação ou revogação do chamamento público, observará o disposto no Regulamento Interno de Licitações da MT PAR.
- 8.8. O prazo recursal é de 5 dias úteis, contados da data de intimação ou da lavratura da ata.
- 8.9. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da PROPONENTE, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 minutos, sob pena de preclusão.
- 8.10. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 8.11. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão, ou, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.12. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.13. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais proponentes será de 5 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurado o acesso aos elementos





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 8.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.15. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA HOMOLOGACÃO

- 9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - II - revogar o Chamamento Público por motivo de conveniência e oportunidade;
 - III - proceder à anulação do Chamamento Público, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - IV - Homologar o Chamamento Público.

10. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

- 10.1. Homologado o resultado do Chamamento Público, a proponente vencedora será convocada para assinar (podendo ser com a utilização do certificado digital padrão ICP-Brasil), no prazo de até 2 (dois) dias úteis da convocação feita pela MT PAR, o contrato de parceria e cooperação empresarial oriundo deste Chamamento, que se embasará no modelo anexo neste Edital.
- 10.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela proponente vencedora, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 10.2. Se a proponente vencedora não celebrar o Instrumento Contratual ou não apresentar situação regular no ato da assinatura, estará sujeita às penalidades previstas neste Edital.
- 10.2.1. Neste caso, a MT PAR poderá convocar a proponente subsequente, respeitando a classificação do certame e as disposições relativas à preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto a proposta de investimentos atualizada, em conformidade com o Edital.
- 10.3. A proponente vencedora deverá apresentar procuração, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa, quando o mesmo não constar do Contrato Social como pessoa autorizada a assinar em nome da proponente.
- 10.4. A rescisão do instrumento contratual poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

- 10.4.1. Por ato unilateral de qualquer das partes nas hipóteses e prazos descritos no Instrumento Contratual, assegurada a prévia defesa da outra parte;
- 10.4.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que seja conveniente para a MT PAR e a Contratada;
- 10.4.3. Por determinação Judicial;
- 10.4.4. Nos casos estabelecidos no Instrumento Contratual.
- 10.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 11.1. As obrigações das parceiras são as estabelecidas na Minuta do Contrato de parceria e cooperação empresarial, anexo a este Edital.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANCÕES

- 12.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a MT-PAR, pelo prazo de até 2 (dois) anos, com registro obrigatório das penalidades no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), sem prejuízo das multas previstas nessa seção e das demais cominações legais, a empresa que incorrer em algum dos eventos previstos neste edital.
- 12.2. Poderão ser aplicadas aos proponentes as seguintes penalidades:
 - 12.2.1. Advertência e, em caso de reincidência, suspensão pelo prazo de 3 (três) meses;
 - 12.2.2. Ensejar retardamento na realização do certame, porém, sem frustrá-lo.
 - 12.2.3. Adotar comportamentos inidôneos distintos dos especificados, sem frustrar o certame.
- 12.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de 1 (um) ano:
 - 12.3.1. Apresentar documento ou declaração falsa que provoque atrasos na conclusão do certame ou sua frustração.
 - 12.3.2. Deixar de apresentar original de documento digitalizado entregue por ocasião do certame, quando solicitado pela MT PAR.
- 12.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses:
 - 12.4.1. Adotar comportamentos inidôneos distintos dos especificados, ocasionando a frustração do certame.
 - 12.4.2. Não celebrar contrato, em convocação, dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.
 - 12.4.3. Denegrir ou caluniar a equipe técnica, bem como as pessoas que as integram ou processos da MT-PAR, com denúncias ou acusações.
- 12.5. Caberá à Comissão de Seleção verificar os credenciados que cometeram as infrações e relatar os fatos para a autoridade competente, que deverá abrir processo administrativo fundamentado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- 12.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Instrumento Contratual.





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. Da(s) sessão(ões) pública(s) do Chamamento Público divulgar-se-á Ata(s).
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 13.3. É facultado à Comissão de Seleção ou autoridade competente, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 13.4. No julgamento das propostas de investimentos e da habilitação, a Comissão de Seleção poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 13.5. As normas disciplinadoras deste Chamamento Público serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração.
- 13.6. As PROPONENTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a MT PAR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do Chamamento Público.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da PROPONENTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. A PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do chamamento público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.mtpar.mt.gov.br
- 13.11. Fica eleito o foro de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para dirimir as questões decorrentes deste documento licitatório, desistindo as Partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14. DOS ANEXOS:

- 14.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte:

Anexo I - Modelo de Declaração Conjunta;

Anexo II - Modelo de Proposta de Investimentos;

ANEXO III - Modelos de Atestado de Vistoria Técnica e de Declaração de Não Vistoria Técnica.

Anexo IV - Termo de Referência;

Anexo IV - Minuta do Contrato de Parceria e Cooperação Empresarial.





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

Cuiabá/MT, 18 de dezembro de 2023

WENER SANTOS

Presidente

MT Participações e Projetos S.A - MT PAR

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa **XXX**, CNPJ Nº **XXX**, sediada à **XXX (endereço completo)**, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Chamamento Público Nº. 002/2023/MTPAR, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento;
- Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento do objeto do Chamamento Público;
- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente Chamamento Público, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Que não está impedida de participar de qualquer fase do processo de licitação ou de ser contratada, por não se enquadrar em uma das hipóteses do artigo 38 da Lei 13.303/2016.

(EM CASO DE EMPRESA CLASSIFICADA COMO ME, EPP OU MEI ACRESCENTAR AINDA O ITEM ABAIXO, CASO NÃO SE ENQUADRE EM NENHUM DESTES, RETIRÁ-LO)

- Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
- Que, no ano-calendário de realização deste Chamamento, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Local e data



MTPARDIC202305292



Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

Assinatura do representante legal

Nome do representante

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE INVESTIMENTOS

A empresa XXXXX inscrita no CNPJ sob no XXXXX, com sede na Rua XXXXX no XXXXX Bairro XXXXX, na cidade de XXXXX, Estado XXXXX, e-mail XXXXX, neste ato, representada por XXXXX, portador do RG no XXXXX e CPF no XXXXX, vem apresentar proposta de investimentos, conforme segue:

VALOR PROPOSTO PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO ARMAZÉM DURANTE O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL:

RS XXX

Declaramos, ao assinar esta Proposta, que:

1. Conhecemos e nos submetemos a todas as condições do Edital de Chamamento nº 002/2023/MTPAR;
2. O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

Endereço

Telefone / Telefone celular / E-mail



MTPARDIC202305292



Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

ANEXO III - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Em decorrência do livre acesso que nos foi facultado ao local, declaramos que visitamos e conhecemos perfeitamente a área, peculiaridades e características do armazém, razão pela qual, sob pretexto algum e em qualquer época, não poderá ser alegado desconhecimento dos mesmos, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

Local e Data

Nome e Assinatura do representante da Empresa

RG nº/CPF nº

Nome da Empresa



MT-PARDIC202305292



ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Selecionar pessoa jurídica de direito privado, com ou sem fins lucrativos, interessada em cooperar com a MT PAR no desenvolvimento de ações destinadas a revitalização do armazém graneleiro localizado Rua Jerolamo Matheus de Bortoli, nº 611, Lote 02, Quadra 21, Bairro: Jardim Alvorada, Diamantino/MT.

Endereço do imóvel	Área do terreno (m²)	Área edificada (m²)
Lote 02, Quadra 21, Bairro: Jardim	52.300	6.769,78

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Segundo estudos realizados pelas entidades produtoras do estado, Mato Grosso tem atualmente um déficit de quase 50% de armazenagem. Com isso, centenas de produtores rurais não têm onde guardar os grãos e ficam com a produção comprometida. O déficit de armazenagem no estado já afeta negativamente a cadeia produtiva de grãos do estado, exigindo do Poder Público ações mitigatórias. Iniciou-se o período de colheita de milho no estado e estimativas do IMEA apontam para uma supersafra com estimativas inclinadas para uma média de 47 milhões de toneladas. Segundo dados do próprio IMEA, grande parte dos armazéns no estado ainda estão cheios de soja, que é colhida apenas alguns meses antes do milho e que também teve uma produção expressiva, deixando os armazéns sem espaço para receber o milho.

Com o avanço da colheita do milho e estando os armazéns ainda cheios, crescem os relatos das associações produtivas e da imprensa, da estocagem de grãos a céu aberto em escala muito superior aos dos últimos anos. O IMEA prevê crescimento de mais de 70% na produção de grãos em MT nos próximos dez anos e ao se analisar essa projeção, esse cenário de déficit de armazenagem fica ainda mais preocupante. Se a estrutura não acompanhar esse crescimento, pode até mesmo haver um “estrangulamento” quase que completo da produção. Mantendo-se esse cenário, pode haver inclusive redução de investimentos a curto e médio prazo por parte do setor produtivo.

Diante de todo esse cenário foi recebido pela MT PAR o Ofício CONAB/DIAFI SEI Nº 18/2023, oriundo da Companhia Nacional de Abastecimento que solicita o apoio da MT Participações e Projetos S.A -





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

MT PAR na estruturação de modelos e projetos de parceria visando a reestruturação e modernização dos armazéns da CONAB, alguns que se encontram desocupados e sem funcionamento há diversos anos por falta de recursos daquela empresa para fazer sua operação ou mesmo investimentos básicos.

É urgente a adoção de alternativas que permitam enfrentar estas dificuldades, pois como exposto acima, a CONAB possui inúmeros armazéns desocupados no estado de Mato Grosso, que poderiam estar cumprindo sua função social, mas estão apenas onerando os cofres públicos e se deteriorando com o tempo, como é o caso deste armazém graneleiro em Diamantino.

Dessa forma, a MT PAR, enquanto empresa do estado de Mato de Mato Grosso que tem entre seus objetivos a promoção da geração de investimentos no estado, atuando em áreas estratégicas, sozinha ou em conjunto com outros entes da Administração Pública, está atuando junto à CONAB para construir soluções para a reforma e revitalização do armazém e custeio das despesas operacionais para que o espaço seja colocado em funcionamento, atendendo as necessidades dos produtores da região, que possui alto índice de déficit em sua capacidade estática, segundo estudos realizados pelo IBGE e pela própria CONAB.

Dada a precariedade do instrumento de cessão de uso que foi pactuado com a CONAB (prazo de vigência de apenas 24 meses) detectou-se que neste momento, uma parceria empresarial é a solução mais viável para realização de obras, melhoramentos, alterações e benfeitorias necessárias ao funcionamento do supracitado armazém além de desonerar o Estado das despesas relativas à manutenção, conservação, segurança e guarda do bem, podendo o parceiro privado, em contrapartida, fazer uso do imóvel objeto da parceria durante o prazo de vigência do contrato.

3. FORMA DE SELEÇÃO DO PARCEIRO

- 3.1. Esta parceria **NÃO** está fundamentada no art. 28, § 3º, II, pois não se trata de uma parceria estratégica vinculada à oportunidade de negócio da MT PAR.
- 3.2. Para a pactuação do contrato de parceria empresarial, a legislação basilar será o direito civil, sendo a seleção do parceiro feita por chamamento público, dada a submissão das empresas estatais aos preceitos constitucionais, em especial da impessoalidade e isonomia.
- 3.3. O critério de julgamento adotado será a **MAIOR OFERTA DE PREÇO RELATIVA À PROPOSTA DE INVESTIMENTOS NO ARMAZÉM GRANELEIRO**;
- 3.4. O modo de disputa será fechado.

4. DESCRIÇÃO E FINALIDADE DA PARCERIA EMPRESARIAL

- 4.1. A parceria empresarial é uma forma de garantir uma relação de ganhos para todos os envolvidos. Significa ir além da mera contraprestação financeira para o desenvolvimento de uma relação de, como o próprio nome indica, parceria.
- 4.2. Com isso pretende-se obter do parceiro privado capital financeiro, humano e social para proporcionar a realização de obras, melhoramentos, alterações e benfeitorias necessárias à revitalização do supracitado armazém que se encontra em desuso e altamente deteriorado.
- 4.3. A MT PAR pretende ainda promover a criação ou fortalecimento de programa(s) de fomento às atividades produtivas rurais de pequenos produtores e/ou comunidades tradicionais da região.





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

5. DA CONTRAPARTIDA

5.1. A empresa selecionada, em contrapartida aos recursos investidos, poderá fazer uso do imóvel objeto da parceria para armazenagem de grãos durante o prazo de vigência do contrato de parceria.

6. INFORMAÇÕES PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Valor médio das despesas com manutenção do imóvel no último ano:

DESPESA	Valor - Média Mensal	Valor - Média Anual
Vigilância Patrimonial (29794727)	R\$ 19.341,47	R\$ 232.097,64
Energia Elétrica (29794735)	R\$ 1.058,30	R\$ 12.699,60
Água e Esgoto (29794746)	R\$ 84,23	R\$ 1.010,76
IPTU (29794762)	-	R\$ 31.291,48
Manutenção de Extintores (29794816)	-	R\$ 2.854,00
Limpeza do Terreno (29794876)	-	R\$ 40.613,44
DESPESA TOTAL ANUAL	R\$ 320.566,92	

7. VISTORIA

7.1. Os licitantes interessados DEVERÃO realizar vistoria para melhor conhecimento das condições do armazém, bem como das demais informações necessárias, visto que este encontra-se fechado há diversos anos e o pleno conhecimento de suas condições atuais é requisito essencial para que os interessados possam fazer a propostas de investimentos que será o critério de julgamento .

7.2. O proponente deverá agendar dia e horário específico, por intermédio do telefone (65) 3622-0133, até 02 (dois) dias úteis antes da sessão pública, sendo vedada a visita de mais de um interessado no mesmo momento.

7.2.1. Para a vistoria o interessado, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento das condições locais, porventura disponibilizadas, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

8. DO CONTRATO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

8.1. O contrato de parceria terá vigência pelo período de 20 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, findo os quais as partes avaliarão as vantagens recíprocas e a eventual possibilidade de prorrogar o mesmo, caso em que estipularão aditivo, por escrito, fixando o novo prazo e as normas e procedimentos a serem adequados no novo período.

8.2. O contrato de parceria encontra-se adstrito ainda à vigência do Contrato de Cessão de Uso de Imóvel firmado entre MT PAR e CONAB, que tem vigência inicial de 24 meses (a partir de 10/2023) com possibilidade de renovação.





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

8.3. O contrato de parceria empresarial poderá ser rescindido entre as partes nos termos ali constantes

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Caberá à MT PAR:

- 9.1.1. Contratar empresa seguradora idônea, para fazer contrato de seguro contra incêndio e outros danos, de acordo com a área do imóvel, fazendo consignar na apólice como beneficiária a Companhia Nacional de Abastecimento, proprietária do imóvel.
 - 9.1.1.1. Para fins de contratação do seguro o valor das edificações e equipamentos do referido imóvel perfazem o montante de R\$ 8.727.077,00 (oito milhões, setecentos e vinte e sete mil e setenta e sete reais).
- 9.1.2. Ressarcir o PARCEIRO, em caso de rescisão do contrato de parceria, antes de findo o prazo de vigência inicialmente pactuado, sem que o PARCEIRO tenha dado causa para isto, pelo valor efetivamente investido proporcional ao período vincendo do contrato de parceria, se for o caso.
- 9.1.3. Analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- 9.1.4. Fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;

9.2. Caberá ao PARCEIRO:

- 9.2.1. Disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- 9.2.2. Executar as obras, melhoramentos, alterações e benfeitorias no armazém, nos termos do contrato de parceria e cooperação empresarial e conforme disposições do item 10 deste TR;
- 9.2.3. Comprovar à MT PAR, o valor investido nas obras, melhoramentos, alterações e benfeitorias por meio de Planilha de gastos efetivos e Notas Fiscais;
- 9.2.4. Efetuar o pagamento de despesas, taxas e tarifas estaduais e municipais referentes a energia elétrica, água, esgoto, telefone, iluminação pública, coleta de resíduos, fiscalização, aparelho de transportes, bem como taxas de expediente cobradas pela prefeitura na guia de IPTU, além de outras despesas que possam recair sobre imóvel, nos respectivos vencimentos;
- 9.2.5. Adotar as medidas de segurança, visando garantir e proteger o espaço concedido contra assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, responsabilizando-se por quaisquer danos ao local no período de vigência, exceto se decorrentes de caso fortuito ou força maior cujos efeitos não tenham sido provocados por ação ou omissão do concessionário;
- 9.2.6. Ater-se, para realização de obras, a execução das condições vinculadas à viabilidade ambiental;





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

- 9.2.7. Pagar todas as multas que venham a ser impostas pelos Órgãos competentes em decorrência de não observância de leis ou regulamentos durante o prazo de vigência da parceria;
- 9.2.8. Fazer uso do imóvel apenas para os fins a que este se destina durante o prazo de vigência da parceria;
- 9.2.9. Implantar o projeto apresentado no curso da seleção para criação ou fortalecimento de programa(s) de fomento às atividades produtivas rurais de pequenos produtores e/ou comunidades tradicionais da região, salvo de comprovada inviabilidade técnica, devidamente justificada e acatada pela Autoridade Competente da MT PAR.

10. DAS OBRAS, MELHORAMENTOS, ALTERAÇÕES E BENFEITORIAS

- 10.1. Deverá a PARCEIRO, no decorrer da vigência do contrato de parceria, realizar obras, melhoramentos, alterações e benfeitorias no armazém, em valor não inferior ao da proposta de investimentos;
- 10.2. Previamente à realização de obras, melhoramentos, alterações e benfeitorias, deverá ser submetido à MT PAR um formulário de solicitação de obra ou benfeitoria, seja para pequeno ou grande vulto, no qual deverá ser demonstrada qual a alteração pretendida e sua justificativa;
- 10.3. Em se tratando de obras de grande vulto, o parceiro deverá providenciar o projeto devidamente elaborado e assinado por engenheiro competente, bem como consultas e autorizações em órgãos pertinentes;
- 10.4. Em se tratando de pequenas intervenções, fica dispensada a apresentação de projeto elaborado e assinado por engenheiro competente;
- 10.5. As obras, melhoramentos, alterações e benfeitorias realizadas durante o prazo de vigência do contrato de parceria e cooperação empresarial serão incorporadas ao patrimônio da CONAB, dona do armazém, não podendo o PARCEIRO invocar a seu favor qualquer direito a indenização ou retenção, seja a que título for.
- 10.6. Para adequação e obras nos terrenos deverão ser observadas as regras ambientais e outras aplicáveis, devendo o PARCEIRO providenciar a autorização dos órgãos competentes, quando necessário.
- 10.7. As obras, melhoramentos, alterações e benfeitorias não devem ser capazes de alterar a natureza deste.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 11.1. A MT PAR manterá constante fiscalização sobre a operação e a correta utilização do imóvel objeto da parceria;
- 11.2. Ficam reservados à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto neste Termo de Referência ou no contrato de parceria e cooperação empresarial e em tudo mais que de qualquer forma se relacione, direta ou indiretamente;
- 11.3. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato de parceria e cooperação empresarial que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MT PAR.





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato de Parceria, a MT PAR pode aplicar à PARCEIRA as seguintes sanções:

- 12.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos;
- 12.1.2. Multa de até 10% do valor do contrato de parceria em caso de em caso de descumprimento das obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente, sendo levada em consideração a gravidade da conduta do, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONCEDENTE, observado o princípio da proporcionalidade;
- 12.1.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a MT-PAR, pelo prazo de até dois anos.

12.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

12.3. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PARCEIRO

13.1. Poderão participar empresas que tenham atividade compatível com a função do imóvel, ou seja, que tenham como atividade, seja no objeto social da matriz e/ou suas filiais, a comercialização, armazenamento, manuseio, beneficiamento ou transporte de grãos.

13.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista consistirá na exigência de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do parceiro;

13.3. A proponente classificada em primeiro lugar deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor da proposta de investimentos mínima estabelecida para a vigência inicial do contrato de parceria.

13.4. Deverá ser apresentado Projeto para criação ou fortalecimento de programa(s) de fomento às atividades produtivas rurais de pequenos produtores e/ou comunidades tradicionais da região.

- 13.4.1. No projeto deverão estar descritos no mínimo qual a estimativa de população beneficiada, local de implantação (que deverá ser obrigatoriamente no município de Diamantino e nos circunvizinhos), detalhes da operacionalização do programa, tais como: se promove capacitação e treinamento para os beneficiários, se desenvolve ou facilita o acesso dos beneficiários aos mercados, se promove práticas sustentáveis, dentre outros aspectos.





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

13.5. Não será exigidos critérios de qualificação técnica específicos, dada a natureza do objeto, nos termos do § 1º do art. 58 da Lei 13.303/2016;

14. CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

14.1. O critério de julgamento será o de MAIOR OFERTA DE PREÇO;

14.2. Serão desclassificadas as propostas que contenham vícios insanáveis ou ilegalidade, que descumpram as especificações técnicas e condições documento, que apresentem preços que sejam manifestamente inexequíveis, que encontrem abaixo do valor mínimo definido para a Proposta de Investimentos, que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela MT-PAR ou que apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto, sem que se prejudique o tratamento isonômico entre os PROPONENTES.

14.3. As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

14.4. O prazo de eficácia das propostas deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias corridos.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. Não se aplica a dotação orçamentária, haja vista, que não existe utilização de recursos públicos como forma de pagamento.

ELABORADO POR:

Em 11/12/2023

ALEXANDRE VARNEI RODRIGUES

Chefe de Gabinete

DA AUTORIZAÇÃO PARA O PROSSEGUIMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO:

Considerando a assunção de responsabilidade por todas as informações prestadas pela equipe acima identificada, tendo o declarante assinado, DETERMINO a realização do chamamento público, desde que observada as formalidades legais de instrução processual para a consecução do objeto. Por oportuno, ressalto que os documentos para a instrução deverão ser anexados nos autos oportunamente, conforme dispõe as legislações vigentes e aplicáveis ao caso.

WENER SANTOS

Diretor Presidente

Ordenador de Despesas

MT Participações e Projetos S.A – MT-PAR





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A – MT PAR, entidade de direito privado, com sede na Av. Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Edifício Helbor Dual Business, 5º andar - Alvorada, Cuiabá - MT, 78048-250, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.816.442/000-03, neste ato representada pelo seu representante legal, doravante denominada simplesmente “**MT PAR**”; e **XXX, XXX**, com sede na XXX, inscrita no CNPJ n.º XXX, neste ato representada XXX, doravante denominada simplesmente PARCEIRO; sendo que a **MT PAR** e a **XXX** serão doravante denominados em conjunto como “Partes” e, individual e indistintamente como “Parte”.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Visa o presente instrumento estabelecer a parceria e a cooperação entre as partes com vistas a realizar ações conjuntas ligadas a revitalização do armazém graneleiro localizado Rua Jerolamo Matheus de Bortoli, nº 611, Lote 02, Quadra 21, Bairro: Jardim Alvorada, Diamantino/MT

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Caberá à MT PAR:

1. Contratar empresa seguradora idônea, para fazer contrato de seguro contra incêndio e outros danos, de acordo com a área do imóvel, fazendo consignar na apólice como beneficiária a Companhia Nacional de Abastecimento, proprietária do imóvel.
2. Para fins de contratação do seguro o valor das edificações e equipamentos do referido imóvel perfazem o montante de R\$ 8.727.077,00 (oito milhões, setecentos e vinte e sete mil e setenta e sete reais).
3. Ressarcir o PARCEIRO, em caso de rescisão do contrato de parceria, antes de findo o prazo de vigência inicialmente pactuado, sem que o PARCEIRO tenha dado causa para isto, pelo valor efetivamente investido proporcional ao período vincendo do contrato de parceria, se for o caso.
4. Analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
5. Fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;

Caberá ao PARCEIRO:

1. Disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
2. Executar as obras, melhoramentos, alterações e benfeitorias no armazém, nos termos do contrato de parceria e cooperação empresarial e conforme condições do item 10 do Termo de Referência - DAS OBRAS, MELHORAMENTOS, ALTERAÇÕES E BENFEITORIAS;
3. Comprovar à MT PAR, o valor investido nas obras, melhoramentos, alterações e benfeitorias por meio de Planilha de gastos efetivos e Notas Fiscais;





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

4. Efetuar o pagamento de despesas, taxas e tarifas estaduais e municipais referentes a energia elétrica, água, esgoto, telefone, iluminação pública, coleta de resíduos, fiscalização, aparelho de transportes, bem como taxas de expediente cobradas pela prefeitura na guia de IPTU, além de outras despesas que possam recair sobre imóvel, nos respectivos vencimentos;
5. Adotar as medidas de segurança, visando garantir e proteger o espaço concedido contra assaltos, roubos, estragos e prejuízos de qualquer natureza, responsabilizando-se por quaisquer danos ao local no período de vigência, exceto se decorrentes de caso fortuito ou força maior cujos efeitos não tenham sido provocados por ação ou omissão do concessionário;
6. Ater-se, para realização de obras, a execução das condições vinculadas à viabilidade ambiental;
7. Pagar todas as multas que venham a ser impostas pelos Órgãos competentes em decorrência de não observância de leis ou regulamentos durante o prazo de vigência da parceria;
8. Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização de ambas as partes;
9. Fazer uso do imóvel apenas para os fins a que este se destina durante o prazo de vigência da parceria;
10. Implantar o projeto apresentado no curso da seleção para criação ou fortalecimento de programa(s) de fomento às atividades produtivas rurais de pequenos produtores e/ou comunidades tradicionais da região, salvo de comprovada inviabilidade técnica, devidamente justificada e acatada pela Autoridade Competente da MT PAR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente. As despesas eventualmente necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, contratações, deslocamentos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO

O presente Contrato de Parceria e Cooperação poderá ser alterado mediante termo aditivo competente, assim como poderá ser rescindido em comum acordo entre as partes ou unilateralmente a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem que caiba qualquer direito de indenização na hipótese de uma das partes: (i) entrar em liquidação judicial ou extrajudicial, tiver requerido a falência ou requerer concordata; ou (ii) infringir qualquer cláusula deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo prazo de XX meses, iniciando-se na data de sua assinatura e encerrando-se em 30/09/2025 e podendo ser renovado, por igual período, por comum acordo entre as partes.





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a MT PAR pode aplicar à PARCEIRA as seguintes sanções:

1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos;
2. Multa de até 10% do valor do contrato de parceria em caso de em caso de descumprimento das obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente, sendo levada em consideração a gravidade da conduta do, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONCEDENTE, observado o princípio da proporcionalidade;
3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a MT-PAR, pelo prazo de até dois anos.
4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
5. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

CLÁUSULA SEXTA – DA ANTICORRUPÇÃO

Para a execução deste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste, ou de outra forma a ele não relacionado, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

Os direitos e obrigações previstos neste contrato de parceria e cooperação não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das Partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORO

As partes elegem o Foro de Cuiabá, estado de Mato Grosso como único competente para dirimir dúvidas decorrentes deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, as partes firmam o presente Contrato, para que produza seus devidos efeitos legais.

Cuiaba/MT, XX de XX de 2023





Governo de Mato Grosso
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

XXX

WENER SANTOS
Presidente
MT Participações e Projetos S.A - MT PAR



Assinado com senha por WENER KLESLEY DOS SANTOS - DIRETOR PRESIDENTE / PRES - 18/12/2023 às 16:16:44.
Documento Nº: 13893963-8474 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=13893963-8474>



MTPARDIC202305292

SIGA